

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	80.359
Preferenciais	0
Total	80.359
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	89.627	31.528
1.01	Ativo Circulante	50.553	6.703
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	49.728	1.116
1.01.01.01	Caixa e Bancos	3	604
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	49.725	512
1.01.03	Contas a Receber	0	5.233
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	5.233
1.01.03.02.01	Empréstimos a receber	0	5.233
1.01.06	Tributos a Recuperar	529	94
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	529	94
1.01.07	Despesas Antecipadas	296	258
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	2
1.02	Ativo Não Circulante	39.074	24.825
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	36.980	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	36.980	0
1.02.01.09.03	Empréstimos a Receber	8.909	0
1.02.01.09.04	Outras contas a receber	28.071	0
1.02.02	Investimentos	1.584	24.375
1.02.02.01	Participações Societárias	1.584	24.375
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.584	24.375
1.02.03	Imobilizado	510	450
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	510	450

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	89.627	31.528
2.01	Passivo Circulante	52.577	2.872
2.01.02	Fornecedores	82	1.312
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	82	1.312
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.244	223
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.244	223
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	550	0
2.01.03.01.02	Impostos a pagar	694	223
2.01.05	Outras Obrigações	51.167	9
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	51.167	9
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	51.165	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2	9
2.01.06	Provisões	84	1.328
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	84	1.328
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	84	1.328
2.02	Passivo Não Circulante	514	48.992
2.02.02	Outras Obrigações	514	48.992
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	514	48.992
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	514	48.992
2.03	Patrimônio Líquido	36.536	-20.336
2.03.01	Capital Social Realizado	679	679
2.03.02	Reservas de Capital	622	622
2.03.02.04	Opções Outorgadas	622	622
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	35.235	-21.637

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.198	79.706	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	0	-7.200	0	0
3.03	Resultado Bruto	5.198	72.506	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.211	-6.658	-4.113	-16.378
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.211	-6.658	-4.113	-16.378
3.04.02.01	Pro-labore da diretoria	-535	-1.468	-557	-7.296
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-81	-515	-474	-1.055
3.04.02.03	Encargos sociais	-122	-427	-241	-1.786
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-895	-2.178	-1.502	-3.997
3.04.02.05	Outras despesas administrativas	-468	-1.606	-765	-1.631
3.04.02.06	Outros impostos e taxas	-36	-368	-16	-27
3.04.02.07	Depreciações e amortizações	-34	-96	-26	-54
3.04.02.08	Despesas com opções de ações outorgadas	-40	0	-532	-532
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.987	65.848	-4.113	-16.378
3.06	Resultado Financeiro	0	327	-3.348	1.938
3.06.01	Receitas Financeiras	6.901	12.192	2.239	12.071
3.06.01.01	Descontos obtidos	0	2	0	0
3.06.01.02	Rendas sobre aplicações financeiras	1.407	3.637	32	92
3.06.01.03	Variações cambiais ativas	4.938	7.059	1.827	11.004
3.06.01.04	Juros ativos	556	1.494	380	975
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.901	-11.865	-5.587	-10.133
3.06.02.01	Juros passivos	-724	-2.203	-700	-1.774
3.06.02.02	Variações cambiais passivas	-6.177	-9.662	-4.887	-8.359
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.987	66.175	-7.461	-14.440
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	342	-9.303	0	0
3.08.01	Corrente	342	-9.303	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.329	56.872	-7.461	-14.440
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.329	56.872	-7.461	-14.440

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,04143	0,70772	-0,09470	-0,18329
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,04132	0,70593	-0,09436	-0,18262

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	3.329	56.872	-7.461	-14.440
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.329	56.872	-7.461	-14.440

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	30.978	-14.024
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	60.280	-15.700
6.01.01.01	Resultado do período	56.872	-14.440
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	96	54
6.01.01.03	Despesas de juros	2.203	1.774
6.01.01.04	Variações cambiais, líquidas	2.603	-2.645
6.01.01.05	Juros ativos	-1.494	-975
6.01.01.06	Despesas de opções de ações outorgadas	0	532
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-29.302	1.676
6.01.02.01	Despesas antecipadas	-38	-194
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-435	-46
6.01.02.03	Outros ativos	-27.369	0
6.01.02.04	Fornecedores	-1.230	989
6.01.02.05	Impostos a recolher	471	595
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social a recolher	550	0
6.01.02.07	Provisões trabalhistas	-116	159
6.01.02.08	Provisão de honorários da diretoria	-1.128	1.200
6.01.02.09	Outros	-7	122
6.01.02.10	Variação em DTVM	0	1
6.01.02.11	Adiantamento a terceiros	0	-1.150
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	25.602	-25.005
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-164	-513
6.02.03	Adto p/aquisição de partic.societárias	25.758	-24.492
6.02.04	Alienação de ativo imobilizado	8	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.968	48.080
6.03.01	Recebimento / (concessão) de empréstimos	-3.000	-2.640
6.03.02	Obtenção / (liquidação) de empréstimos	-4.968	50.720
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	48.612	9.051
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.116	3
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	49.728	9.054

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	679	622	0	-21.637	0	-20.336
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	679	622	0	-21.637	0	-20.336
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.872	0	56.872
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.872	0	56.872
5.07	Saldos Finais	679	622	0	35.235	0	36.536

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	666	0	0	-1.496	0	-830
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	666	0	0	-1.496	0	-830
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	532	0	0	0	532
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	532	0	0	0	532
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.440	0	-14.440
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.440	0	-14.440
5.07	Saldos Finais	666	532	0	-15.936	0	-14.738

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	79.706	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	79.706	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.185	-5.822
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.200	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.985	-5.822
7.03	Valor Adicionado Bruto	70.521	-5.822
7.04	Retenções	-96	-54
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-96	-54
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	70.425	-5.876
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.261	3.712
7.06.02	Receitas Financeiras	1.261	3.712
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.686	-2.164
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	71.686	-2.164
7.08.01	Pessoal	2.041	8.424
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.883	8.206
7.08.01.02	Benefícios	99	145
7.08.01.03	F.G.T.S.	59	73
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.038	1.740
7.08.02.01	Federais	10.038	1.740
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.735	2.112
7.08.03.01	Juros	2.203	1.774
7.08.03.02	Aluguéis	532	338
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	56.872	-14.440
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	56.872	-14.440

Comentário do Desempenho

Companhia em fase pré-operacional até a data de entrega dessas informações trimestrais.

Notas Explicativas

Trimestre findo em 30 de setembro de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A All Ore Mineração S.A. (“All Ore” ou “Companhia”), nova denominação da Steel do Brasil Participações S.A. a partir de 29 de abril de 2011, foi constituída em 18 de agosto de 2008 com o intuito de explorar oportunidades de investimento no setor de minério de ferro do Brasil. De acordo com o seu estatuto social, a Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, prospecção, industrialização e comercialização de minérios de ferro, a importação e exportação de bens e produtos ligados à atividade principal, o aproveitamento econômico de concessões de autorização de pesquisa e lavra, a prestação de serviços de pesquisa mineral, a aquisição e o arrendamento de terras destinadas aos seus objetivos e necessidades, bem como direitos e interesses do subsolo, e a prestação de serviços de consultoria em assuntos minerários e afins; e (ii) a participação em outras sociedades.

O acionista controlador da Companhia é a Metropolis Capital Markets GmbH, que no Brasil também é controlador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A. e da Domus Populi Participações S.A. (nova denominação da MCM Cimentos S.A.).

A Companhia pretende atuar prioritariamente no segmento de jazidas de minério de ferro, que contam com relevante competitividade econômica, mediante: (i) disponibilização de *know-how* e capital para viabilizar projetos economicamente viáveis, mas carentes de investimento; (ii) desenvolvimento de pesquisas geológicas sistemáticas e estudos de viabilidade; e, ainda, (iii) estruturação de novas unidades produtivas.

A Companhia ainda não iniciou as suas atividades minerárias e ainda não emitiu valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão. Tampouco há acordo de acionistas arquivado em sua sede social.

Durante o 1º trimestre de 2010, a Companhia informou que começava a implementar seu objeto social, formalizando os contratos para aquisição de 70% da Mhag Serviços e Mineração S.A. (“MHAG”), por US\$ 245 milhões.

A aquisição de 70% das ações da MHAG ainda dependia do cumprimento de algumas condições suspensivas a cargo dos vendedores.

A Companhia e a Noble Resources Limited chegaram a um acordo sobre novo contrato de fornecimento de minério de ferro, que vigoraria a partir da consumação da aquisição da participação na MHAG pela Companhia. Em consequência, Collingham Participações Ltda. (empresa do grupo Noble) ficaria com a mesma participação minoritária detida anteriormente na MHAG, de 30%.

Entretanto, em 8 de junho de 2011, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado que os contratos para aquisição de participação acionária na MHAG foram rescindidos em virtude da não implementação de condições suspensivas por parte da vendedora, nos termos previstos nos contratos.

A Companhia mantém seu interesse pela aquisição de participação em outras Sociedades a fim de viabilizar a manutenção de seu objeto social.

Notas Explicativas

2 Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 (“*Interim Financial Reporting*”) emitida pelo IASB (“*International Accounting Standards Board*”).

O CPC 22 - Informações por segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (“*chief operating decision maker*”), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A definição de segmentos depende do efetivo início das operações.

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pela Sra. Rita de Cássia Lo Sciuto em 10 de novembro de 2011.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das informações trimestrais são:

a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalente de caixa

São representados por numerários em caixa, saldos em bancos e títulos e valores mobiliários de liquidez imediata. Os títulos e valores mobiliários estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das informações trimestrais.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Companhia são classificados nas categorias abaixo conforme a intenção da Administração, atendendo os seguintes critérios de contabilização:

Ativos financeiros

- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo e que não tenham sido, em seu reconhecimento inicial, designados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, nem disponível para venda. Ativos classificados nessa categoria são mensurados pelo custo amortizado.

Passivos financeiros

- Passivos financeiros ao custo amortizado: são os passivos financeiros resultantes de atividades de financiamento. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado.

Notas Explicativas

(I) Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

(II) Instrumentos financeiros derivativos

Na data em que um contrato de derivativos é celebrado os derivativos são reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos de transação que quando incorridos são reconhecidos no resultado e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o resultado.

(III) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado com base na cotação dos mesmos instrumentos financeiros observado em mercado.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido através de mercados ativos, é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

d. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores pagos antecipadamente, sendo apropriadas ao resultado em conformidade com o prazo de vigência do contrato.

e. Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Os gastos incorridos com renovação e melhorias que representam um aumento da vida útil dos bens são capitalizados, enquanto as manutenções de rotina e os reparos são apropriados ao resultado do período quando incorridos.

f. Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Desde 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

h. Passivos circulante e não circulante

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Notas Explicativas

i. Moeda funcional

A moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

j. Tributação

A forma de tributação é o lucro presumido. Nesta modalidade de regime de tributação, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada a razão de 32% sobre o valor da prestação de serviços. Sobre o lucro presumido resultante da aplicação dos 32%, acrescido das demais receitas financeiras realizadas, são aplicadas (i) as alíquotas regulares de imposto de renda de 15%, mais o adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 20 mil por mês, e (ii) 9% para a contribuição social. No caso de exportação de serviços, a alíquota do ISS é de 5%, enquanto o PIS e a Cofins são tributados a alíquota zero.

k. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado básico por ação utilizando-se o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

l. Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações com opções de ações outorgadas a seus executivos com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

4 Estimativas e premissas contábeis

A preparação das informações trimestrais requer a adoção de certas premissas e estimativas contábeis e do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

A principal premissa e estimativa adotada na elaboração das informações trimestrais da Companhia é a metodologia de cálculo das despesas de depreciação e amortização dos ativos imobilizados que consiste na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre a utilização dos ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado com relação àqueles ativos podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

Notas Explicativas

5 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras e conforme o padrão contábil internacional (“IFRS”), emitidos pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas) e IFRS.

6 Gestão de risco financeiro

a. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizados pela Companhia.

b. Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

Risco cambial

Em função dos instrumentos financeiros de diversas naturezas contratados pela Companhia em moedas diferentes da sua moeda funcional, foi implantada uma política para proteger a Companhia do risco da oscilação cambial de moedas estrangeiras, que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco (Política de Proteção Cambial). Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial da Companhia e de suas controladas, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Companhia está exposta substancialmente ao risco de flutuação do dólar norte-americano e do euro (vide Notas Explicativas nº 10 e nº 13).

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras e de empréstimos. Os instrumentos financeiros emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juros.

As aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 7) são corrigidas pelo CDI; os empréstimos a receber (Nota Explicativa nº 8) são corrigidos pela taxa Selic; e os empréstimos a pagar (Nota Explicativa nº 13) em 30 de setembro de 2011 são corrigidos a taxa pré-fixada de 6%.

A Administração da Companhia entende como baixo o risco de grandes variações no CDI e na taxa Selic em 2011, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Por isso não tem como política contratar derivativos para se proteger de oscilações nas taxas de juros.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Os ativos expostos a risco de crédito totalizam R\$ 38.564 (R\$ 29.608 em 31 de dezembro de 2010) e são decorrentes das operações de empréstimo e adiantamento para aquisição de participações societárias. A administração da Companhia e seus assessores legais estimam que os créditos e adiantamentos concedidos devem ser recebidos entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) meses a partir da data dessas informações financeiras intermediárias, inclusive mediante a execução de direitos minerários e outros bens dos devedores. A Companhia não reconheceu qualquer provisão para a redução do valor recuperável (*impairment*) dos créditos contra a MHAG e CAMPINA (Notas Explicativas Nº 8 e 10), que são objeto de ação de execução. A avaliação do valor justo dos bens abrangidos por tais ações de execuções será feita em juízo, no curso dos respectivos processos, e, dependendo dos valores apurados, a Companhia analisará a eventual necessidade de reconhecimento de provisão para perda.

Riscos de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica manter caixa e equivalentes de caixa suficientes para liquidar todos os compromissos assumidos pela Companhia.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

c. Gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, a Companhia tem linha de crédito aberta com o seu controlador do exterior, que é utilizada a medida em que se verifica necessidade de caixa.

Notas Explicativas

7 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/09/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	3	604
Certificados de Depósitos Bancários – CDB *	<u>49.725</u>	<u>512</u>
Total	<u>49.728</u>	<u>1.116</u>

* Os depósitos bancários são aplicados em títulos de liquidez imediata de instituição financeira (HSBC Bank Brasil S.A.), que possui classificação externa de crédito considerada de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos.

8 Empréstimos a receber

Refere-se aos empréstimos para a MHAG, relacionados com a operação mencionada na Nota Explicativa nº 1, firmado por meio de contrato sem garantia real. Sobre o valor do principal serão acrescidos os juros calculados a taxa SELIC apurada entre a data do empréstimo e a data do efetivo pagamento. O valor do principal, acrescido dos juros, deveria ser pago em até 30 (trinta) dias contados da solicitação de pagamento enviada pela Companhia à MHAG.

Os contratos relacionados com a aquisição da MHAG foram rescindidos e a Companhia está tomando as medidas cabíveis para obter o ressarcimento dos valores relativos aos empréstimos realizados em favor da MHAG com base em tais contratos.

Em 30 de setembro de 2011, o saldo líquido do empréstimo mais os juros incorridos era de R\$ 8.909 (R\$ 5.233 em 31 de dezembro de 2010).

Até a data dessas informações trimestrais não havia sido reconhecida nenhuma perda por *impairment*.

9 Despesas antecipadas

Descrição	30/09/2011	31/12/2010
Locação de imóveis	142	170
Seguro – Veículos	5	4
Seguro – Responsabilidade civil administradores	104	81
Seguro – Escritório	1	1
Anuidade BM&F Bovespa	9	-
Outras despesas antecipadas	<u>35</u>	<u>2</u>
Total	<u>296</u>	<u>258</u>

10 Adiantamentos em exclusividade de aquisição societária

A Companhia havia celebrado Oferta Vinculante com a Campina Participações S.A. (“Campina”) para aquisição de participação societária da MHAG. Para garantir as obrigações de exclusividade de compra, a Companhia pagou a favor do acionista majoritário da MHAG (Campina) o valor de

Notas Explicativas

US\$ 20 milhões a título de Taxa de Exclusividade. Nos termos da Oferta Vinculante, a Campina repassou US\$ 6 milhões (30%) para a Collingham Participações Ltda. (“Collingham”), sócia minoritária da MHAG, titular de 30% da empresa. Estes US\$ 6 milhões foram devolvidos à Companhia pela Collingham, no âmbito de acordo segundo o qual a Collingham permaneceria como minoritária na MHAG. Na data da efetivação do negócio, o valor de US\$ 14 milhões pagos a título de Taxa de Exclusividade seria imediata e automaticamente convertido em parcela do preço de aquisição e deduzido do preço da transação. Para fins de dedução do preço de aquisição, a parcela de preço seria corrigida de acordo com a variação pro rata da *Libor* mais 4% ao ano.

Entretanto, em 8 de junho de 2011, a Companhia divulgou aos seus acionistas e ao mercado que os contratos para aquisição de participação acionária na MHAG foram rescindidos em virtude da não implementação de condições suspensivas pela parte vendedora, nos termos previstos nos contratos.

A Companhia está, nesse sentido, tomando as medidas cabíveis para obter o ressarcimento dos valores pagos à título de Taxa de Exclusividade que são os demonstrados a seguir:

Descrição	30/09/2011		31/12/2010 *	
	R\$	US\$	R\$	US\$
MHAG – Taxa de exclusividade	25.950	14.000	23.315	14.000
MHAG – Juros	<u>2.121</u>	<u>1.144</u>	<u>1.060</u>	<u>636</u>
Total	<u>28.071</u>	<u>15.144</u>	<u>24.375</u>	<u>14.636</u>

Até a data dessas demonstrações financeiras intermediárias não havia sido reconhecida nenhuma perda por *impairment*.

*Até a data de rescisão do contrato o valor pago a título de taxa de exclusividade permanecia contabilizado em conta de adiantamento para aquisição de participações societárias, a partir daí foi reclassificada para outros ativos não circulante.

11 Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados no quadro abaixo:

Ativo	Taxa anual de depreciação	Custo em em 31/12/2010	Adições	Baixas	Custo	Depreciação	Valor contábil	Valor contábil
					em 30/09/2011	em 30/09/2011	em 30/09/2011	em 31/12/2010
Móveis e Utensílios	10%	7	58	-	65	(4)	61	6
Equipamentos de Informática	20%	61	10	(8)	63	(17)	46	53
Programas de computador	20%	11	-	-	11	(3)	8	10
Veículos	20%	415	-	-	415	(131)	284	347
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	36	96	-	132	(21)	111	34
Totais		530	164	(8)	686	(176)	510	450

Notas Explicativas

12 Provisão para honorários da diretoria e encargos sociais

Trata-se da provisão de prêmios estipulados em contratos firmados com o pessoal-chave da administração da Companhia, que contempla a Direção e o Conselho de Administração e está contabilizado em “Provisões Previdenciárias e Trabalhistas”.

Descrição	30/09/2011	31/12/2010
Honorários da diretoria	-	1.000
Encargos Sociais	=	<u>200</u>
Total	=	<u>1.200</u>

13 Empréstimos a pagar

Trata-se de empréstimos recebidos, firmados através de contratos sem garantias, com o acionista controlador Metropolis Capital Markets GmbH decorrentes de linhas de créditos com taxas de juros atreladas a taxa LIBOR ou fixadas em 6% ao ano, cujo saldo não utilizado até 30 de setembro de 2011 é de US\$ 2,6 milhões (US\$ 3 milhões em 31 de dezembro de 2010).

O quadro a seguir demonstra o montante dos empréstimos utilizados:

Em 30 de setembro de 2011:

Data do Ingresso	Vencimento	Principal (Moeda Estrangeira)	Taxa de Juros	Principal (R\$)	Juros Brutos (R\$)	Total (R\$)
25/02/2010	25/02/2012	3.000 US\$	6%	5.563	85	5.648
25/05/2010	25/05/2012	1.353 US\$	6%	2.509	38	2.547
01/07/2010	01/07/2012	1.468 US\$	6%	2.724	42	2.766
29/07/2010	29/07/2012	1.295 US\$	6%	2.402	37	2.439
26/01/2011	26/01/2013	137 US\$	6%	253	4	257
31/01/2011	31/01/2013	136 US\$	6%	253	4	257
27/02/2010	27/01/2012	14.904 Euros	6%	37.168	597	37.765
				50.872	807	51.679

Em 31 de dezembro de 2010:

Data do Ingresso	Vencimento	Principal (Moeda Estrangeira)	Taxa de Juros	Principal (R\$)	Juros Brutos (R\$)	Total (R\$)
25/02/2010	25/02/2012	3.000 US\$	6%	4.999	257	5.256
25/05/2010	25/05/2012	1.353 US\$	6%	2.254	83	2.337
01/07/2010	01/07/2012	1.468 US\$	6%	2.447	75	2.522
29/07/2010	29/07/2012	1.295 US\$	6%	2.158	56	2.214
07/01/2010	07/01/2012	600 Euros	Libor	1.337	16	1.353
27/02/2010	27/01/2012	14.904 Euros	6%	33.206	1.879	35.085
02/02/2010	02/02/2012	96 Euros	6%	213	12	225
				46.614	2.378	48.992

Notas Explicativas

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de setembro de 2011, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 679 (R\$ 679 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 80.359.734 (80.359.734 em 31 de dezembro de 2010) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Quadro de movimentação de ações:

	<u>31/12/2010</u>	Movimentação no período	<u>30/09/2011</u>
Ações ordinárias – subscritas	80.359.734	-	80.359.734
Ações ordinárias – integralizadas	80.359.734	-	80.359.734

b. Reserva de capital

Programa de Outorga de Opção de Subscrição ou Compra de Ações Ordinárias

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, conforme Nota Explicativa nº 17, obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

c. Reserva de lucros

A reserva legal será constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

d. Dividendos

O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

Caberá à Assembléia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

15 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém instrumentos financeiros contabilizados em caixa e equivalentes de caixa, empréstimos a receber e adiantamento em exclusividade de aquisições societárias, assim como em contas a pagar e empréstimos a pagar.

Notas Explicativas

b. Valor justo

Caixa e equivalentes de caixa, incluindo títulos e valores mobiliários e contas a pagar de curto prazo: os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento de curto prazo desses instrumentos.

Empréstimos a receber e adiantamento em exclusividade de aquisições societárias foram classificados como “empréstimos e recebíveis”.

Empréstimos a pagar são contabilizados pelo custo amortizado.

A mensuração do valor justo é derivada de cálculos tomando como base Taxas Referenciais da BM&F DI com posição em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Divulgação valor contábil e valor justo:

	Valor contábil		Valor justo	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
Empréstimos a pagar	51.679	48.992	55.111	52.405
Empréstimos a receber	8.909	5.233	8.909	5.501
Outras contas a receber	28.071	-	28.071	-
Investimentos	1.584	24.375	1.887	25.625

Hierarquias de valor justo:

Instrumentos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos a pagar	-	55.111	-
Empréstimos a receber	-	8.909	-
Outras contas a receber	-	28.071	-
Investimentos	-	1.887	-

c. Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* às vigentes no mercado.

d. Exposição de crédito

Os ativos expostos a risco de crédito totalizam R\$ 38.564 (R\$ 29.608 em 31 de dezembro de 2010) e são decorrentes das operações de empréstimo e adiantamento para aquisição de participações societárias. A administração da Companhia e seus assessores legais estimam que os créditos devem ser recebidos entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) meses a partir da data dessas informações financeiras intermediárias, inclusive mediante execução de direitos minerários e outros bens dos devedores.

Notas Explicativas

e. Exposição cambial

Nem todos os aportes do controlador sediado no exterior são aplicados em ativos no país, pois são utilizados para custear despesas gerais da Companhia tais como honorários da administração, folha de pagamento, serviços de terceiros, entre outras. Desta forma, ativos e passivos em moeda estrangeira não se equivalem, gerando resultado em função da flutuação da taxa de câmbio. No período de 1 de julho a 30 de setembro de 2011, a Companhia apurou resultado negativo de R\$ 1.239 (R\$ 3.060 negativo no período de 1 de julho a 30 de setembro de 2010) decorrente do descasamento das operações. No período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2011, a companhia apurou resultado negativo de R\$ 2.603 (R\$ 2.645 positivo no período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2010).

Em 30 de setembro, os ativos e passivos em moeda estrangeira eram:

Conta	Em 30/09/2011		Em 31/12/2010	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Adiantamentos para aquisições de participações societárias (Outras contas a receber)	28.071	15.144	-	-
Adiantamentos para aquisições de participações societárias (investimentos)	1.584	1.000	24.375	14.636
Empréstimos a pagar	<u>(13.914)</u>	<u>(7.389)</u>	<u>(12.328)</u>	<u>(7.116)</u>
Exposição cambial	<u>15.741</u>	<u>8.755</u>	<u>12.047</u>	<u>7.520</u>

Conta	Em 30/09/2011		Em 31/12/2010	
	R\$	EUR	R\$	EUR
Empréstimos a pagar	<u>(37.765)</u>	<u>(14.904)</u>	<u>(36.664)</u>	<u>(15.600)</u>
Exposição cambial	<u>(37.765)</u>	<u>(14.904)</u>	<u>(36.664)</u>	<u>(15.600)</u>

f. Análise da sensibilidade

A Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em Nota Explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da taxa cambial e taxa de juros sobre seus ativos e passivos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade a qual a Companhia estava exposta em 30 de setembro de 2011, foram definidos 3 cenários diferentes. Para cada cenário foi calculado o respectivo efeito em função do deslocamento de 1%, 25% e 50% em relação aos indexadores das operações.

Notas Explicativas

Operação	Valor Em R\$	Nota	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário Iii
	30/09/2011	Explicativa		1%	25%	50%
Empréstimos a receber	8.909	8	Aumento da taxa de juros	10	213	434
Adiantamentos atrelados ao US\$ (Outras contas a receber)	28.071	10	Baixa do dólar	281	7.018	14.036
Adiantamentos atrelados ao US\$ (Investimentos)	1.584	-	Baixa do dólar	16	396	792
Empréstimos a pagar atrelados ao US\$	13.914	13	Alta do dólar	139	3.479	6.957
Empréstimos a pagar atrelados ao Eur	37.765	13	Alta do euro	378	9.441	18.883

Operação	Valor em R\$	Nota	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	31/12/2010	Explicativa		1%	25%	50%
Empréstimos a receber	5.233	8	Aumento da taxa de juros	6	125	255
Adiantamentos atrelados ao US\$ (Investimentos)	24.375	10	Baixa do dólar	244	6.094	12.188
Empréstimos a pagar atrelados ao US\$	12.328	13	Alta do dólar	123	3.082	6.164
Empréstimos a pagar atrelados ao Eur	36.664	13	Alta do euro	367	9.166	18.332

16 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não efetuar aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em 30 de setembro de 2011 e 2010 não existiam operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

17 Remuneração dos administradores

a. Disposições gerais

A gestão da Companhia é feita pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria.

A remuneração global dos administradores da Companhia é de até R\$ 14.180 anuais, incluindo, além dos honorários mensais, as vantagens ou benefícios de qualquer natureza que eventualmente vierem a ser concedidos aos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração.

b. Opção de subscrição ou compra de ações outorgadas pela Companhia

Em 18 de fevereiro de 2010, com o objetivo de promover os interesses da Companhia e atrair administradores, empregados e prestadores de serviços, os acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária, aprovaram o Programa de Outorga de Opção de Subscrição ou Compra de Ações Ordinárias (o "Programa"). O Programa teve alterações aprovadas em 30 de abril de 2010 pelos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária. De acordo com o Programa, o Conselho de Administração poderá, dentro do limite de capital autorizado da Companhia e respeitado o disposto no Programa, outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviço à Companhia ou sociedade sob seu controle, direto ou indireto.

Notas Explicativas

O número total de ações destinadas ao Programa não poderá ultrapassar (i) 12.000.000 (doze milhões) de ações ou (ii) 5% (cinco por cento) do número total de ações de emissão da Companhia, dentre tais limites, o que for maior. Cada opção corresponde ao direito de adquirir ou subscrever 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia (as “Opções”).

No período de 1 de janeiro a 30 de setembro de 2011 foram canceladas 520.000 (quinhentos e vinte mil) Opções em função da saída de executivos do quadro de pessoal da Companhia.

Até 30 de setembro de 2011, a Companhia outorgou um total de 400.000 (quatrocentos mil) Opções com base no Programa, sujeitas a um período máximo de carência de 3 (três) anos. O prazo máximo de vigência das Opções é de 5 (cinco) anos, com liquidação em ações ordinárias da Companhia ao preço médio ponderado de exercício, assim como mínimo e máximo, de R\$ 0,01 (um centavo de real). O saldo de R\$ 622 (R\$ 622 em 31 de dezembro de 2010) refere-se às Opções outorgadas que são exercíveis caso os executivos completem os diversos períodos de serviços prestados à Companhia tidos como condição de exercício das Opções e levou em consideração os seguintes fatores na sua apuração:

- a. Número de meses de serviços efetivamente prestados à Companhia até 30 de setembro de 2011, em relação ao período máximo de carência das Opções outorgadas de 3 (três) anos;
- b. Preço justo de R\$ 3,00 (três reais) por ação ordinária, em 19 de agosto de 2010, com base em três parâmetros, cumulativamente considerados, previstos no artigo 170, § 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, a saber: valor da cotação das ações (código “AORE3”) na BM&FBOVESPA S.A., valor do patrimônio líquido e perspectiva de rentabilidade futura, e que serviu de base para o último aumento de capital aprovado pela Companhia.

Quadro da movimentação de opções (em unidade de ações):

	30/09/2011	30/09/2010
Saldo no início do período	920.000	-
Opções concedidas no período de nove meses	-	1.160.000
Opções canceladas no período de nove meses	520.000	240.000
Opções exercidas no período de nove meses	-	-
Saldo no final do período	400.000	920.000

18 Contingências

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia é parte em ação judicial de natureza cível onde os autores exigiram a mudança da razão social da Companhia e indenização de R\$ 500 (quinhentos mil reais) por supostos prejuízos em razão da Companhia utilizar a expressão “Steel” ao se apresentar ao mercado. Baseada na avaliação de seus assessores legais, a probabilidade de perda foi classificada como possível, portanto, não requerendo o reconhecimento de provisão contábil em conformidade com o CPC 25.

Notas Explicativas

19 Partes relacionadas

a. Considerações

As transações com partes relacionadas referem-se a transferências de natureza financeira que foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado (Nota Explicativa nº 12) e concessão de benefícios para o pessoal-chave da administração (Nota Explicativa nº 16).

b. Controlador e pessoal-chave

O acionista controlador da Companhia é a Metropolis Capital Markets GmbH, que no Brasil também é controlador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A. e da Domus Populi Participações S.A.

O pessoal-chave da administração da Companhia são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

c. Transações entre partes relacionadas

Os montantes referentes às transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

Balanco Patrimonial	30/09/2011	31/12/2010
Empréstimos com controladora	51.679	48.992
Opções Outorgadas	622	622
Demonstração de Resultados trimestres findos em:	30/09/2011	30/09/2010
Benefícios de curto prazo (i)	480	557
Opções de ações reconhecidas (ii)	40	532
Demonstração de Resultados períodos de nove meses em:	30/09/2011	30/09/2010
Benefícios de curto prazo (i)	1.467	7.296
Opções de ações reconhecidas (ii)	-	532

(i) Inclui a remuneração dos Diretores, composta por um valor fixo e variável dentro do limite estabelecido na Nota Explicativa nº 17 (a);

(ii) Forma de liquidação em ações ordinárias.

20 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os trimestres e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Notas Explicativas

Resultado básico por ação trimestres findos em:	30/09/2011	30/09/2010
Resultado líquido no trimestre	3.329	(7.461)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	80.359	78.783
Resultado básico por ação no trimestre (Em R\$)	0,04143	(0,09470)
Resultado diluído por ação trimestres findos em:	30/09/2011	30/09/2010
Resultado líquido do trimestre	3.329	(7.461)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	80.359	78.783
Diluição - Opções de ações (em milhares de ações)	204	289
Média ponderada de ações ordinárias ajustadas pela diluição	80.563	79.072
Resultado diluído por ação no trimestre (Em R\$)	0,04132	(0,09436)
Resultado básico por ação períodos de nove meses findos em:	30/09/2011	30/09/2010
Resultado líquido períodos de nove meses	56.872	(14.440)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	80.359	78.783
Resultado básico por ação no período (Em R\$)	0,70772	(0,18329)
Resultado diluído por ação períodos de nove meses findos em:	30/09/2011	30/09/2010
Resultado líquido períodos de nove meses	56.872	(14.440)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	80.359	78.783
Diluição - Opções de ações (em milhares de ações)	204	289
Média ponderada de ações ordinárias ajustadas pela diluição	80.563	79.072
Resultado diluído por ação no período (Em R\$)	0,70593	(0,18262)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

21 Receita de prestação de serviços

Trimestres findo em:	30/09/2011	31/09/2010
Receita de prestação de serviços	5.775	-
Tributos incidentes sobre vendas	(577)	-
Receita líquida	5.198	-
Períodos de nove meses findos em:	30/09/2011	31/09/2010
Receita de prestação de serviços	84.205	-
Tributos incidentes sobre vendas	(4.499)	-
Receita líquida	79.706	-

Em 23 de setembro de 2010, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços com a ENRC N.V., empresa interessada no conhecimento que a Companhia desenvolveu em relação à Mineração Minas Bahia S.A. (“MIBA”) e à Mineração Peixe Bravo Ltda. (“Peixe Bravo”), na

Notas Explicativas

qual a remuneração seria de até US\$ 54 milhões, dos quais US\$ 47 milhões foram reconhecidos e recebidos no trimestre findo em 31 de março de 2011 e US\$ 3,5 milhões foram reconhecidos e recebidos no trimestre findo em 30 de setembro de 2011. Com o recebimento dessa última parcela não haverá mais receitas a serem auferidas com relação ao citado contrato de prestação de serviços com a ENRC N.V.

22 Custos dos serviços prestados

<i>Períodos de nove meses findos em:</i>	30/09/2011	30/09/2010
Custo com serviços profissionais	6.000	-
Outros encargos na prestação de serviços	1.200	-
Custo dos serviços vendidos	7.200	-

23 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do período apresentam a seguinte reconciliação:

	<i>Período de nove meses findos em:</i>	30/09/2011	30/09/2010
	Descrição		
A	Receita bruta de vendas	84.205	-
B	Lucro presumido (32% sobre A)	26.945	-
C	(+) Demais receitas auferidas	470	-
D	(=) Base de cálculo do IRPJ e da CSLL (B + C)	27.415	-
E	IRPJ - 15% sobre D	4.112	-
F	IRPJ - 10% sobre o resultado de D menos R\$ 180 mil	2.724	-
G	CSLL - 9% sobre D	2.467	-
H	Provisão para despesa com IRPJ e CSLL	9.303	-

24 Outras informações

Alteração de Diretoria

Em Reunião do Conselho de Administração de 19 de agosto de 2011, foi (i) aprovada a destituição do Sr. Juarez Saliba de Avelar de todos os cargos de diretor que ocupa na Companhia e (ii) foi eleita a Srta. Rita de Cássia Lo Sciuto para ocupar o cargo de Diretora de Relações com Investidores da Companhia.

Outras informações

Em 1º de julho de 2011, a Companhia ajuizou em face de Campina Participações S.A., Edson Pereira Duda, Natalina Sacchi Duda e Pio Egidio Sacchi ação de execução por quantia certa contra devedor solvente cobrando a devolução da Taxa de Exclusividade, paga pela Companhia à

Notas Explicativas

Campina após assinatura da Oferta Vinculante e Contrato anexo para aquisição de 100% das ações da MHAG Serviços e Mineração S.A., correspondente, no momento do ajuizamento da ação, a R\$ 24.028. A perspectiva de efetivo recebimento de tal valor foi considerado como provável, conforme avaliação dos advogados da Companhia.

Em 20 de julho de 2011, a Companhia ajuizou em face de MHAG Serviços e Mineração S.A. ação de execução por quantia certa contra devedor solvente cobrando a devolução de empréstimos feitos pela Companhia após assinatura da Oferta Vinculante e Contrato anexo para aquisição de 100% das ações da MHAG Serviços e Mineração S.A., correspondentes, no momento do ajuizamento da ação, a R\$ 8.756. A perspectiva de efetivo recebimento de tal valor foi considerado provável, conforme avaliação dos advogados da Companhia.

25 Eventos subsequentes

A Administração da Companhia declara que não há eventos subsequentes a serem divulgados entre a data das informações trimestrais e a data de emissão do relatório sobre a revisão das informações trimestrais.

* * *

Diretoria

Rita de Cássia Lo Sciuto
Diretora de Relações com Investidores

Gerson Luiz Petterle
Diretor

Contador

Alessandro de Oliveira Leme
CRC: 1SP236426/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Diretores e Acionistas da
All Ore Mineração S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da All Ore Mineração S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo abaixo, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme divulgado nas notas explicativas nos 8 e 10, a Companhia é credora em contratos de mútuo e de adiantamento para aquisição de participações societárias nos montantes de R\$ 8.909 mil e R\$ 28.071 mil, em 30 de setembro de 2011. Decorrido o prazo contratual para recebimento do mútuo e do adiantamento concedidos, em razão da rescisão da respectiva aquisição de participações, a Companhia tomou as medidas judiciais cabíveis para reaver os valores mencionados acima, inclusive mediante ajuizamento de ação de execução cuja existência foi averbada nos registros de bens dos devedores, inclusive de direitos minerários e outros bens dos devedores. Como a Companhia não possui, na data base dessas Informações Trimestrais, a avaliação do valor justo dos bens passíveis de execução, não foi possível avaliar a necessidade de constituição de provisão para fazer frente a eventuais perdas que possam existir em relação ao valor recuperável.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo acima, se houver, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ênfase sobre continuidade dos negócios da Companhia

A Companhia foi constituída em 18 de agosto de 2008 com o objetivo descrito na Nota Explicativa nº 1 e ainda não iniciou as suas atividades minerárias. As Informações Trimestrais foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, o que depende do suporte financeiro de seus acionistas para a liquidação de suas obrigações e para execução dos fatores também descritos na referida Nota Explicativa. Essas Informações Trimestrais não incluem quaisquer ajustes associados com as incertezas inerentes a essa fase de suas operações.

São Paulo, 14 de novembro de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ricardo Anhesini Souza
Contador CRC 1SP152233/O-6